



OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO

observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br



BOLETIM 12

Editorial

Desafios na COP10 e a Resistência da Indústria do Tabaco

Nesta edição, apresentaremos uma análise de alguns eventos que aconteceram durante a Décima Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP10) realizada em fevereiro de 2024 no Panamá.

A COP10 foi palco de importantes debates como, por exemplo, o impacto ambiental de produtos fumígenos, que o Brasil, juntamente com o Panamá e o Equador lideraram as discussões sobre a responsabilidade da indústria do tabaco e os danos causados ao meio ambiente.

A secretária-executiva da comissão nacional criada para garantir a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil, Vera Luiza da Costa e Silva, enfatizou a necessidade de direcionar a responsabilidade à indústria, que muitas vezes tenta transferir esse ônus para os consumidores. Contudo, a discussão só foi iniciada e já conta com a resistência de países, como China, Guatemala, Filipinas, Guiné Bissau, Malawi e Moçambique.

Apesar da COP não autorizar o credenciamento de representantes da indústria ou de seus grupos de fachada, as tentativas de interferência ficaram evidentes e revelaram, mais uma vez, a luta entre os interesses econômicos dessa indústria e as iniciativas voltadas para a saúde pública.

A indústria do tabaco, muitas vezes retratando-se como vítima, busca perpetuar seus interesses mesmo em meio a evidências sólidas dos malefícios do tabaco para a saúde pública e o meio ambiente. As manobras para frear o debate ambiental na COP10 refletem a urgência de enfrentar a interferência dessas corporações.

Ao convidar nossos leitores a explorar os artigos detalhados neste boletim, instamos a reflexão sobre o papel da indústria do tabaco na saúde global e no meio ambiente. É necessário que estejamos informados e engajados para enfrentar os desafios impostos por interesses comerciais que, muitas vezes, se chocam com a preservação da saúde pública. A batalha na COP10 é apenas um capítulo dessa longa jornada, e sua compreensão é fundamental para avançarmos em direção a políticas mais saudáveis e sustentáveis.

Boa leitura e reflexão!

Luis Guilherme Hasselmann

Desvendando os Bastidores da Conferência das Partes para o Controle do Tabaco

Com o término da COP-10, compartilhamos uma análise crítica dos eventos anteriores à conferência, marcados por preocupações com a potencial interferência da indústria do tabaco, especialmente após o seu adiamento, que ocorreu devido a falta de segurança das delegações causada por protestos contra acordos entre mineradoras e o governo do Panamá, ocorridos em novembro de 2023.

Influência Parlamentar: Uma Brecha na COP-10

A indústria do tabaco, identificando uma oportunidade estratégica, buscou interferir na COP-10, originalmente programada para fevereiro, aproveitando o adiamento concedido após esforços do deputado estadual Marcus Vinícius (PP) no Rio Grande do Sul. A estratégia envolveu o fortalecimento da organização do setor e a influência nas discussões globais sobre o tabagismo, transformando o adiamento em uma janela para reuniões, articulações políticas e, o que mais preocupante, a presença ativa de representantes da indústria no evento.

Estratégias Questionáveis: Convites Nominais e Alianças Suspeitas

A tática adotada baseou-se em convites nominais feitos por empresas de tabaco a parlamentares, permitindo que estes solicitassem missões oficiais para participar da COP-10 com recursos públicos. Destaque para o caso do deputado Pezenti (MDB-SC), cujo convite proviria do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). Essa prática, questionável em sua essência, lança dúvidas sobre a integridade do processo e sugere uma aliança preocupante entre representantes do governo e da indústria do tabaco.

Comitiva Parlamentar e Demandas da Indústria

A formação de uma comitiva de parlamentares, formada por Heitor Schuch (PSB-RS) e Covatti Filho (PP-RS),

defendendo os interesses da indústria sob a justificativa de representar produtores rurais, foi detalhada. A subcomissão estadual, representada pelos deputados Kelly Moraes (PL-RS), Elton Weber (PSB), Zé Nunes (PT) e Marcus Vinícius (PP), expressou demandas favoráveis à adoção de novas tecnologias pela indústria do tabaco, como dispositivos de tabaco aquecido e cigarro eletrônico, levantando questionamentos sobre a verdadeira representatividade dessas demandas.

Desafios à Saúde Pública e Presença Contestada na COP-10

A matéria ressaltou o desrespeito ao artigo 5.3 da CQCT, que determina que *“Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional”*. A busca insistente por participação, mesmo contra as regras estabelecidas, evidenciou o poder de lobby da indústria, colocando em risco as políticas de saúde pública relacionadas ao controle do tabaco.

Pressões Ministeriais e Defesa da Indústria

Os ministros do Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) pressionaram o Ministério da Saúde para manter uma posição "neutra" em relação aos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), proibidos no Brasil desde 2009. Os ofícios assinados por Carlos Fávaro e Paulo Teixeira sugeriram uma preocupante influência da indústria no posicionamento do Brasil na COP-10.

Ataques à Conicq e a Narrativa Vitimista da Indústria

A matéria revelou como alguns parlamentares atacaram a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), buscando enfraquecê-la.

Esses ataques, muitas vezes sem fundamentos, visaram minar a participação da comissão na COP, favorecendo os interesses da indústria do tabaco.

Conclusão: Um Alerta para a Saúde Pública

Em meio a esses acontecimentos, ressaltamos a importância de a sociedade estar ciente dos bastidores da COP-10 e da tentativa insidiosa da indústria do tabaco de influenciar políticas públicas que afetam diretamente a saúde pública. A

transparência e a vigilância são fundamentais para preservar o verdadeiro propósito da conferência: o controle do tabaco em prol da saúde global.

Fonte

https://ojoioetrigo.com.br/2024/02/parlamentares-interferencia-industria-tabaco-cop-10/?fbclid=IwAR2kvfrNTh5VoohqivThICI5W1_wefNM5ITw-qdPKu4vPNaeMqZZriVxgbA

MDA Reforça Compromisso com Programa de Diversificação de Cultivos após Deliberações na COP 10

Durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), realizada recentemente no Panamá, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) reafirmou oficialmente seu compromisso com o Programa de Diversificação de Cultivos em Áreas Produtoras de Tabaco. Este movimento foi destacado como um passo significativo em direção à promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e saudáveis.

A decisão, tomada no contexto da CQCT liderada pela Organização Mundial da Saúde, visa enfrentar os desafios associados ao consumo de tabaco e mitigar seus impactos na saúde. A ênfase na diversificação de culturas representa um esforço para oferecer alternativas economicamente viáveis aos agricultores familiares que historicamente dependem da produção de tabaco.

A importância econômica do tabaco para agricultores, especialmente nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, foi reconhecida durante as deliberações. No entanto, a decisão de retomar e fortalecer o Programa de Diversificação destaca o compromisso com a sustentabilidade e a busca por soluções que conciliem a preservação da economia local com a promoção de práticas agrícolas mais equilibradas.

O MDA, responsável por essa iniciativa, destaca o reconhecimento internacional recebido pelo Programa de Diversificação, ressaltando o compromisso em revitalizá-lo e fortalecê-lo ainda mais. O diálogo aberto com a sociedade é enfatizado como um elemento crucial para o sucesso do projeto, convidando todos os setores interessados a contribuir com opiniões, sugestões e preocupações.

O evento da COP 10 proporcionou um cenário onde importantes decisões foram

tomadas em relação ao controle do tabaco e suas ramificações. O MDA, ao reiterar seu compromisso com o Programa de Diversificação de Cultivos, coloca em destaque a interseção entre políticas públicas, saúde e agricultura.

Fonte

<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/02/posicionamento-oficial-do-mda-na-10a-conferencia-das-partes-da-convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-cqct?fbclid=IwAR1hUhvgX2BahKJFZxc-vEjuGaY5lqhNvZGjLbd6myGWvb7gsQWlQ6DpO9g>

COP-10: Deliberações sobre Trabalhadores Rurais e Indústria do Tabaco com Envolvimento do Embaixador Brasileiro

A participação do embaixador brasileiro Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva na Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP-10) trouxe à tona discussões cruciais sobre os interesses dos trabalhadores rurais e da indústria tabagista. O encontro concentrou-se nas representações desses setores, gerando reflexões pertinentes.

O presidente da Fentifumo, Gualter Baptista Júnior, expressou a apreensão do setor diante dos 40 mil postos de trabalho diretos gerados pelas indústrias de tabaco na Região Sul do Brasil. Reconhecendo a importância econômica do tabaco para essas regiões, o debate sobre a redução da área plantada e seus impactos nos empregos destaca a complexidade da situação, especialmente considerando os problemas de saúde pública ligados ao consumo de tabaco.

O CETAB reitera seu compromisso em abordar de maneira abrangente a realidade que circunda a indústria do tabaco. Compreendendo as preocupações econômicas levantadas pelos representantes do setor, o foco permanece na busca por soluções que harmonizem as necessidades

econômicas com a promoção da saúde pública.

O embaixador Abreu e Silva esclareceu sua função de liderança na delegação brasileira na COP-10, sem capacidade de interferência direta no evento. Comprometendo-se a relatar os dados e anseios dos trabalhadores ao governo federal, o CETAB espera que essas preocupações sejam ponderadas de maneira justa e equilibrada, considerando não apenas os interesses econômicos imediatos, mas também a saúde da população.

A representatividade dos produtores de tabaco, como destacado pelo vice-presidente da Afubra, Romeu Schneider, é considerada imperativa. No entanto, o incentivo à busca por alternativas sustentáveis ganha destaque, com a promoção da diversificação econômica e o bem-estar das comunidades dependentes da produção de tabaco.

Fonte

<https://folhadomate.com/livre/embaixador-do-panama-levara-pleito-dos-trabalhadores-do-tabaco-ao-itamaraty/?fbclid=IwAR2vjQQ9SiZkVu9uPbYMpnKRk2EspakboG05yDBgTt5XF8BMwqmPoj7Oq3k>

A Atuação de Vera Luiza da Costa e Silva no Controle do Tabaco: Um Olhar Sobre os Fatos

Recentemente, a Gazeta do Sul, veículo vinculado à indústria do tabaco, destacou a atuação incansável de Vera Luiza da Costa e Silva no controle do tabagismo. Este é um momento crucial para analisarmos e compreendermos o contexto diante das acusações feitas por setores com interesses específicos na manutenção do status quo.

Vera, atual secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (Conicq), é reconhecida globalmente na luta antitabagista, com uma trajetória de quatro décadas. O cargo de chefe do Secretariado da Convenção-Quadro junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) foi ocupado por ela durante sua liderança, e a Convenção-Quadro para

Controle do Tabaco foi efetivada em 2003, quando o Brasil ratificou sua participação no tratado.

Retornando ao Brasil, Vera continua liderando propostas inovadoras no combate ao tabagismo, agora como parte da Conicq. Suas contribuições na COP-10 abordaram questões relevantes, incluindo preocupações ambientais associadas à produção de tabaco. A delegação brasileira trouxe à tona essa temática, refletindo a visão de Vera sobre a necessidade de repensar a produção de tabaco à luz das preocupações ambientais.

Vera destaca a importância de políticas que promovam a diversificação nas propriedades produtoras de tabaco, proporcionando alternativas viáveis às famílias envolvidas nessa cultura. Sua visão de antecipação às mudanças no mercado é crucial, considerando que, como ela aponta, "o mercado para o tabaco está diminuindo no mundo".

Contudo, enfrentamos resistência por parte da indústria do tabaco e seus representantes, que contestam as afirmativas de Vera. A matéria da Gazeta do Sul, comprometida com interesses da indústria do tabaco, tenta desacreditar sua posição, contrastando dados recentes que indicam estabilidade na produção e consumo. Vera reforça que o tabaco está com os dias contados, citando o exemplo da máquina de escrever, que foi amplamente adotada no passado e hoje é parte do passado.

É fundamental destacar que, mesmo diante de protestos, Vera permanece firme em seu compromisso com a saúde pública e a promoção de alternativas sustentáveis. Os números apresentados pela Gazeta do Sul não refletem a totalidade da situação global e não podem ser utilizados para desacreditar o trabalho dedicado de Vera Luiza da Costa e Silva.

Neste momento, é crucial analisar os fatos objetivamente e reconhecer a necessidade de enfrentar os desafios impostos pelo tabagismo. A visão e o compromisso de Vera com a saúde pública merecem uma análise respaldada por dados e uma reflexão sobre o futuro do controle do tabaco.

Fonte

https://www.gaz.com.br/vera-luiza-da-costa-e-silva-uma-brasileira-que-milita-contra-o-tabaco/?fbclid=IwAR21VBY-FfJ97yiDMipUJadorS2cgm9S-qBG4fHcqa1GeC-x6jG5Cl_L75M

Países Unidos em Novo Acordo para Financiar a Luta Contra o Tabaco

Durante a Terceira Reunião das Partes do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (MOP3), os países signatários da Convenção-Quadro para o controle do tabaco, firmaram um acordo para estabelecer um fundo de investimento destinado a financiar a luta global contra o tabaco. A iniciativa foi anunciada pela chefe da Secretaria da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (OMS), Adriana Blanco Marquizo.

A criação do fundo, destaca-se como uma abordagem inovadora para gerar recursos essenciais à implementação dos acordos internacionais antitabaco, considerando que o consumo de produtos fumígenos está relacionado a mais de 8 milhões de mortes anualmente, em todo o mundo, incluindo 1,3 milhão de vítimas de

fumo passivo, conforme dados da OMS 2023.

Será considerado um capital inicial de 25 milhões de dólares para o Protocolo e o dobro para a Convenção-Quadro. Esses recursos serão aportados no Banco Mundial, onde serão investidos, com os rendimentos disponíveis para financiar pesquisas e outras ações. Após alguns anos, o capital original será devolvido aos doadores.

A confidencialidade do processo impede a divulgação dos doadores no momento, mas Adriana assegurou que, quando oficializado, essa informação será compartilhada. Além disso, destacou que estimativas da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), integrante da OMS, indicam que cerca de 10% do mercado mundial de cigarros é ilícito, superando 50% em alguns países. Adriana enfatizou que a indústria do tabaco está documentadamente envolvida no comércio ilegal, apesar de alegar ser vítima dessa prática.

Fonte

<https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/02/16/paises-va0-criar-fundo-para-financiar-luta-contra-o-tabaco.ghtml>

Integrando o Controle do Tabaco às Demandas Globais na COP10

Breno Gaspar

A COP10 teve como foco central a questão de integrar o controle do tabaco às demandas prementes do mundo atual, com destaque para o Artigo 18 da CQCT. Inicialmente ausente da agenda, a inserção do tabaco nas discussões ambientais foi resultado de um esforço conjunto liderado por Brasil, Equador e Panamá. Essa decisão visa alinhar as ações das Partes sob a égide da CQCT com os princípios de outros acordos internacionais, sem prejudicar sua implementação, refletindo a importância de não comprometer negociações em andamento em fóruns ambientais internacionais.

A tentativa de reafirmar os riscos do tabaco para o meio ambiente ao longo de seu ciclo de vida e fortalecer as disposições do Artigo 18 da CQCT destaca a necessidade de integração das políticas de controle do tabaco com considerações ambientais mais amplas. Isso pode potencialmente impulsionar o Comitê Intergovernamental de Negociação sobre Poluição Plástica para promover regulamentações abrangentes relacionadas ao plástico presente em produtos de tabaco. A cooperação internacional e interministerial será crucial para abordar esses desafios e colocar o controle do tabaco na vanguarda do compromisso global de proteger a saúde e o meio ambiente.

A decisão da COP10 sobre o Artigo 18 reflete a importância dos esforços colaborativos em busca de um planeta mais saudável e estabelece um novo tom para a COP11. A inclusão do tabaco na agenda ambiental destaca uma mudança significativa nas preocupações das Partes, demonstrando um movimento em direção a uma abordagem mais integrada para lidar com questões de saúde pública e ambientais. Este esforço multilateral pode dar um novo impulso aos artigos negligenciados da CQCT, que dependem de cooperação interministerial para sua implementação eficaz.

Entrevista Exclusiva com Vera Luiza da Costa e Silva: Explorando o Impacto Ambiental do Tabaco na COP10

Temos o prazer de apresentar uma entrevista exclusiva com Vera Luiza da Costa e Silva, a figura chave por trás da proposta brasileira para discutir na COP 10 o impacto ambiental do tabaco. Como Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), ela tem sido uma voz incansável na defesa da responsabilização da indústria do tabaco pelos danos ambientais decorrentes da produção e consumo de tabaco.

Vera Luiza da Costa e Silva tem liderado os esforços do Brasil para trazer à tona uma discussão sobre o impacto ambiental do tabaco. A proposta brasileira, que recebeu apoio do Equador e do Panamá, foi acatada pela maioria dos 183 países participantes, destaca a necessidade urgente de separar o tema ambiental do tabaco em um ponto de agenda específico na implementação plena do tratado.

Ao explorar os efeitos prejudiciais da produção de tabaco, como o uso extensivo de agrotóxicos, que contaminam o solo e a água dos reservatórios, causam desmatamento da mata nativa, a produção de derivados de tabaco, Vera Luiza destaca a importância de uma abordagem abrangente para enfrentar esses desafios e enfatiza que os impactos ambientais do tabaco não se limitam apenas à fase de produção, mas também se estendem ao pós-consumo, incluindo o descarte inadequado de filtros de cigarro e cigarros eletrônicos, que são feitos de plástico e além das baterias que contêm metais pesados que requerem tratamento especial.

Nesta entrevista, Vera Luiza compartilha sua visão sobre a importância de abordar o impacto ambiental do tabaco, os desafios enfrentados na implementação dessa proposta e as oportunidades para

promover uma cooperação global eficaz e enfatiza a necessidade de criar diretrizes específicas para auxiliar os países na formulação de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental relacionada ao tabaco. Também destaca a necessidade de envolver todos os setores da sociedade, incluindo governos, sociedade civil e instituições de pesquisa, para enfrentar esses desafios de forma abrangente e eficaz. Ela enfatiza que a proposta brasileira na COP10 foi um passo importante na direção certa para proteger o meio ambiente e a saúde das gerações futuras.

Acompanhe a entrevista completa com Vera Luiza da Costa e Silva e aproveite insights sobre os esforços globais para controlar o tabaco e proteger o meio ambiente.

1. Você poderia compartilhar mais detalhes sobre a sugestão brasileira na COP10 para discutir o impacto ambiental causado pelo consumo de tabaco? Como essa proposta foi recebida pelos representantes dos outros países?

No contexto da COP10, o Brasil propôs uma abordagem mais abrangente sobre o impacto ambiental do tabaco, destacando a necessidade de separar essa questão em um ponto de agenda específico, além de integrar o artigo 18 de forma independente. Esta proposta ganhou apoio significativo e foi reconhecida como um passo histórico. Ao expandir o debate além dos países produtores, pudemos destacar como o tabaco afeta não apenas durante a produção, mas também após o consumo. Por exemplo, o lixo gerado pelos filtros de cigarro e pelos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) constitui uma grande preocupação ambiental, com impactos visíveis nos oceanos e na vida selvagem. Ao trazer essa discussão para a agenda da COP,

esperamos promover uma implementação mais eficaz do artigo 18, que historicamente tem sido subutilizado.

2. No contexto de uma declaração sua recente, em que você destaca a responsabilidade da indústria tabagista pelos danos ambientais, como você acredita que essa responsabilização poderia ser implementada efetivamente?

A indústria do tabaco muitas vezes tenta se desvincular dos problemas ambientais que ela mesma gera. Por um lado, vemos campanhas de responsabilidade social corporativa, mas, na prática, há um uso extensivo de agrotóxicos na produção do tabaco, afetando a saúde dos agricultores e causando danos ao meio ambiente. Além disso, a estratégia de transferir a responsabilidade pelo descarte das bitucas de cigarro para o consumidor final é insuficiente e desconsidera o impacto ambiental desses resíduos. É fundamental que a indústria seja responsabilizada por esses problemas, e isso pode envolver medidas legais, como as ações civis já em curso no Brasil para ressarcir os custos ao sistema de saúde. Precisamos examinar mais de perto como a indústria pode ser responsabilizada por esses produtos descartáveis de uso único e seus impactos ambientais.

3. Em relação à necessidade de adotar políticas que permitam a diversificação nas propriedades produtoras de tabaco, como você enxerga essa transição e quais seriam as alternativas viáveis para as famílias que dependem dessa cultura?

A diversificação das culturas é uma solução crucial para os agricultores que dependem exclusivamente do tabaco. Com a demanda internacional em declínio, é urgente oferecer alternativas viáveis para esses agricultores. Isso não se resume apenas a mudar o tipo de cultura, mas também a criar novos modelos de negócios e canais de venda para garantir a sustentabilidade econômica dessas mudanças. Por exemplo, podemos explorar a produção de culturas

agroecológicas ou outras commodities, como algodão e erva-mate, que podem ser direcionadas para diferentes mercados, incluindo o consumo local e até mesmo a utilização em programas governamentais, como alimentação escolar. A Embrapa e outras instituições de pesquisa desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e na implementação dessas alternativas, garantindo o sucesso dessas transições.



Foto: Vera Luiza da Costa e Silva

4. Você afirmou que "o tabaco está com os dias contados" e fez uma comparação com a máquina de escrever. Poderia elaborar mais sobre essa visão de um futuro sem tabaco e quais desafios você antecipa nesse processo?

Estamos testemunhando uma mudança significativa nos padrões de consumo de tabaco em todo o mundo. Enquanto o consumo de cigarros tradicionais está em declínio, a indústria está investindo cada vez mais em produtos alternativos, como os dispositivos de nicotina. Esta transição sugere que os dias do tabaco convencional estão contados. Os governos precisam se preparar para essa mudança, implementando políticas que incentivem a

diversificação das culturas e reduzam a dependência do tabaco. É importante reconhecer que, embora a indústria do tabaco possa resistir a essas mudanças, a tendência global é clara: o consumo de tabaco está diminuindo e os produtos alternativos estão ganhando espaço.

5. Apesar da indústria divulgar dados que indicam estabilidade na produção e consumo de tabaco, dados oficiais deixam claro que há uma diminuição do mercado mundial para o tabaco. Como você avalia a tentativa da indústria de distorcer dados e a perspectiva de um declínio na indústria tabagista?

A indústria do tabaco tem um histórico

documentado de manipulação de dados e informações para promover seus interesses comerciais. Um exemplo claro disso é o uso do argumento do contrabando para promover a legalização de dispositivos eletrônicos para fumar. No entanto, sabemos que o contrabando não é exclusivamente causado pela ilegalidade do produto, e a legalização de novos produtos de nicotina não resolverá esse problema. É essencial que as políticas públicas se baseiem em evidências sólidas e independentes, evitando serem influenciadas por interesses comerciais. A transparência e a integridade dos dados são fundamentais para garantir que as políticas de saúde pública sejam eficazes e promovam o bem-estar da sociedade.

Expediente:

Presidente da Fiocruz: *Mário Santos
Moreira*
Diretor da ENSP: *Marco Antônio Menezes*
Coordenadora do Cetab: *Silvana Rubano
Turci*

Corpo editorial:

Alex Medeiros Kornalewski
Alexandre Octavio Ribeiro de Carvalho
Danielle Barata Silva
Luis Guilherme Hasselmann
Silvana Rubano Turci

CCI Ensp – Identidade visual

Contato:

cetab.ensp@fiocruz.br



[@CETAB_Fiocruz](https://twitter.com/CETAB_Fiocruz)



[/cetab.fiocruz](https://www.facebook.com/cetab.fiocruz)



[/cetab_fiocruz](https://www.instagram.com/cetab_fiocruz)



**OBSERVATÓRIO
SOBRE AS
ESTRATÉGIAS
DA INDÚSTRIA
DO TABACO**